

Senado começa hoje a examinar novas regras para MPs

O plenário do Senado começa a examinar hoje novas regras para edição e apreciação de medidas provisórias, podendo votar em primeiro turno o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a propostas de emendas constitucionais que tratam do assunto.

Em regime de urgência, figura na pauta da sessão deliberativa de hoje o projeto de lei da Câmara dos Deputados que visa aperfeiçoar a lei das sociedades por ações, facilitando a abertura de capital pelas empresas e reforçando os direitos dos acionistas minoritários.

Serão votados ainda, em regime de urgência, projetos de lei - um da Câmara e outro de autoria do senador Odacir Soares (PFL-RO) - que instituem normas de defesa dos direitos autorais dos pesquisadores agrícolas, produtores ou profissionais especializados na melhoria de sementes e plantas. A nova regulamentação é conhecida como Lei dos Cultivares.



O Congresso reverenciou ontem a memória do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen, que morreu em fevereiro. Senadores de diferentes partidos destacaram a presença do ex-ministro em diversificadas áreas de atividade, sua preocupação com a educação e suas contribuições à teoria econômica. Página 7

CPI quebra o sigilo de diretores de banco

Pessoas investigadas são do Beron, de Rondônia. Senadores buscam mais elementos sobre possível remessa de dinheiro para o exterior

A CPI dos Precatórios aprovou ontem, em sessão reservada, a quebra do sigilo bancário dos diretores do Banco de Rondônia (Beron).

Com base em diligências efetuadas pelo senador Romeu Tuma, membros da CPI buscam mais elementos sobre a possível remessa de grande quantidade de recursos para o exterior. Esse dinheiro teria sido proveniente de operações irregulares com títulos públicos para pagamento de precatórios.

Ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu que a CPI não sofrerá qualquer tipo de restrição por parte da direção do Senado. Página 3

NESTA EDIÇÃO

Legislação da água é tema de livro de Cabral

Página 6

Comissão aprova fim do uso do CFC

Substância que provoca buracos na camada de ozônio poderá deixar, gradativamente, de ser comercializada no país após um ano de vigência da nova lei, que ainda depende de apreciação da Câmara. Página 6

Comissão interroga diretores de fundo de pensão da CEF

Depondo ontem à noite perante a CPI dos Precatórios, Jorge Luiz de Castro (diretor-financeiro), Mirnaloy Oliveira Lima (gerente de investimentos) e Francisco Mendes de Alencar Filho (analista de investimentos), todos do Funcef (Fundo de Previdência da Caixa Econômica Federal), disseram que desconheciam o leilão em que o governo de Santa Catarina vendeu, em 22 de outubro do ano passado, títulos para pagamento de precatórios.

A Funcef comprou R\$ 20,7 milhões em papéis no mercado secundário, pagando R\$ 1.038,00 para cada título, quando no leilão eles haviam sido vendidos a R\$ 907,00.

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Esperidião Amin (PPB-SC) informaram haver indícios de que a venda dos papéis para o Funcef foi acertada antes mesmo do leilão feito pelo governo de Santa Catarina. A reunião encerrou-se às 22h.

CAS vai colocar em votação contrato temporário

Ademir Andrade tem pressa na tramitação, mas considera que proposta envolve interesse de milhares de trabalhadores e por isso promoverá mais uma audiência para debater a questão

Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual é presidente, deverá votar o mais rapidamente possível o projeto de lei que institui o contrato de trabalho por prazo determinado. Segundo o senador, o governo tem interesse no projeto, que, conforme informou, poderá ser submetido à apreciação do plenário do Senado ainda este mês.

A CAS realizou ontem mais uma audiência pública coletiva em torno do projeto que trata do chamado contrato temporário de trabalho. Participaram dos debates: José Calixto Ramos, presidente da CNTI; José Pastore, da USP; Ulysses Riedel, do Diap; e José Bráu-



Ademir (C) preside a sessão que debate ontem mais uma vez o contrato temporário de trabalho

lio Bassini, presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fiees).

Na opinião de Ademir Andrade, as posições divergentes por parte dos expositores so-

bre a matéria "vão contribuir para que os senadores tirem suas dúvidas e, assim, possam aperfeiçoar o projeto". Segundo o senador, a proposta envolve interesses de milhares de

trabalhadores e precisa ser amplamente debatida. Por isso, informou Ademir, a comissão promoverá apenas mais uma audiência e em seguida o projeto será colocado em votação.

Plenário acolhe indicação de quatro novos embaixadores

Ao final de sessão secreta de quase duas horas, o plenário do Senado aprovou ontem o nome de Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura para o cargo de embaixador do Brasil na República Dominicana.

O plenário também aprovou a indicação de José Marcus Vinicius de Souza, embaixador em Trinidad e

Tobago, para acumular o posto de embaixador na Comunidade de Dominica. Pedro Paulo Pinto Assumpção acumulará a embaixada em Israel com a de Chipre. Foi também aprovada a indicação para que o embaixador na Turquia, Luiz Antônio Jardim Gagliardi, represente o Brasil na República do Azerbaijão.

Senado reconhece esforços de Boutros-Ghali em prol do Timor

O plenário do Senado aprovou ontem voto de aplauso ao ex-secretário-geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali pelas ações que empreendeu, enquanto ocupava o cargo na ONU, para garantir a autodeterminação do Timor Leste e do povo maubere.

O requerimento de aplauso foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-

SP), que enumerou os esforços de Boutros-Ghali para que a Indonésia desocupe a região, invadida em 1975.

Ao relatar o requerimento, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou que o Senado brasileiro tem o dever de manifestar sua posição favorável ao povo timorense e o voto de aplauso ao ex-secretário-geral da ONU é uma maneira de fazê-lo.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h30 - Recebe o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques

12h - Recebe o presidente do Parlamento da Nova Zelândia, Hon Doug Kidd

15h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: *PLC nº 94/96 e *PLS nº 199/95, que instituem proteção de cultivos; *PLC nº 106/96, que altera a Lei das S/A; votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias; e *PEC nº 64/95 (quinto e último dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 27/97, que aprova o texto do acordo relativo a empréstimo japonês concedido aos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para projetos ambientais; *PLS nº 22/97, que aprova o texto do acordo que regulamenta a cessação de uma companhia de infantaria do Exército à operação de paz da ONU em Moçambique; *Mensagens nºs 57 e 54/97, que submetem à apreciação do Senado Federal indicação de diplomatas; e *PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Continuação da apreciação do relatório final da comissão. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

18h - Lançamento do livro *Direito Administrativo - Tema: Água. Caderno Legislativo nº 001*, do senador Bernardo Cabral. Biblioteca do Senado

CPI DOS PRECATÓRIOS

CPI quebra sigilo de diretores do Beron

Motivo: suspeita de que agência do banco em São Paulo foi utilizada pelas empresas que operaram irregularmente com títulos para enviar recursos ao exterior

Em sessão reservada, a CPI dos Precatórios decidiu aprovar a quebra do sigilo bancário dos diretores do Banco de Rondônia (Beron). Amparados nas diligências do senador Romeu Tuma (PFL-SP), senadores suspeitam que, por intermédio da agência de São Paulo, grande quantidade de recursos foi enviada para fora do país pelas empresas que operaram irregularmente com títulos emitidos para pagamento de precatórios.

Por sugestão do relator Ro-



A comissão de inquérito aprovou modelo de questionário para senadores

berto Requião (PMDB-PR), a CPI decidiu aprovar um modelo de questionário a ser respondido pelos senadores que, em 1995 e 1996, aprovaram projetos autorizando emissão de letras para pagamento de preca-

tórios. Conforme Requião, os questionários contêm perguntas como: quais foram os assessores que auxiliaram na elaboração dos projetos?, houve requerimento de urgência para a aprovação?

Amorim estranha crescimento de dívida

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) informou ontem ter encaminhado à CPI dos Precatórios documentos revelando que o administrador nomeado pelo Banco Central para o Banco do Estado de Rondônia (Beron), Francisco José Mendonça de Souza, "servia de testa-de-ferro e participava de negociações



Amorim

junto à prefeitura de Campinas e também autorizava o pagamento de benefícios no valor de 5 milhões de dólares, negociados em nome do Beron".

Amorim ressaltou que, "se houve desvios, é preciso colocar na cadeia essas pessoas que deram prejuízo ao banco e ao estado de Rondônia". O se-

nador quer saber por que o Beron, ao receber a intervenção do Banco Central, teve sua dívida aumentada de R\$ 15 milhões para R\$ 250 milhões, em dois anos.

Em aparte, o senador José Bianco (PFL-RO) aventou a possibilidade de ter havido um esquema do BC para prolongar o regime de Raet, porque "alguém precisava manter aberta a agência do Beron em São Paulo".

Kleinübing tem roteiro para investigação

Vice-relator da CPI dos Precatórios, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) anunciou ontem o roteiro que ele propôs aos senadores para a próxima etapa dos trabalhos de investigação. Ele quer que a comissão traga o empresário Fausto Solano Pereira, dono da corretora Boa Safra, para novo depoimento.

Kleinübing também acha que a CPI deve retomar os extratos bancários de Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do

município de São Paulo, para procurar descobrir quem depositou dinheiro em sua conta no exterior.

O senador entende que a CPI deve convocar o depoimento conjunto das corretoras Ativação, IBF e Olímpia, que aparecem em quase todas as operações de venda de títulos emitidos para pagamento de precatórios. "Acho também que devemos chamar a empresa Paper", disse ele, referin-



Kleinübing

do-se à operadora que intermediou a venda de 90% dos títulos comprados pelo Bradesco. Kleinübing confirmou que, nos próximos dez dias, a CPI se concentrará na análise de documentos.

Já Ney Suassuna (PMDB-PB) considera que a comissão nada mais tem a apurar, pois alcançou resultados muito além dos previstos no início dos trabalhos.

ACM garante que trabalho não sofre restrições

A CPI dos Precatórios não sofrerá qualquer tipo de restrição por



parte da direção do Senado, seja quanto ao custeio de suas atividades normais, seja no que toca ao seu prazo de funcionamento, afirmou ontem o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, ao esclarecer versões "equivocadas" da imprensa em torno dessas questões. Gastos racionais, que sigam as regras da administração do Senado para a realização de despesas com dinheiro público, serão sempre admitidos, disse o senador.

Com relação à duração dos trabalhos da CPI, observou o presidente do Senado que "a decisão cabe a seus membros e ela irá até o fim de sua missão, ainda que alguns de seus integrantes não o queiram". Já o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, destacou que a única preocupação da direção da Casa se refere "às regras que devem ser seguidas para a realização de gastos com dinheiro público, dentro das normas de administração da instituição".

Antonio Carlos falou aos jornalistas depois de participar no Palácio do Itamaraty do seminário "Reforma Agrária, Desenvolvimento e Cidadania" e de presidir sessão solene do Congresso Nacional.

Flaviano sugere novo modelo de polícia

Senador considera que os recentes episódios de violência envolvendo policiais militares em São Paulo e no Rio de Janeiro "provam que os nossos métodos acadêmicos são arcaicos"

Flaviano Melo (PMDB-AC) defendeu ontem a reavaliação e mudança do modelo da polícia militar no Brasil, uma vez que a instituição, "mesmo não tendo vinculação com o Exército, continua recebendo instrução de soldado de infan-



Flaviano Melo

taria e não está capacitada para atuar em defesa do cidadão".

A seu ver, os recentes episódios violentos contra populares envolvendo policiais militares em São Paulo e no Rio, entre outros, provam que os nossos métodos acadê-

micos de polícia são arcaicos. O senador citou a baixa remuneração como uma das causas principais da má formação do policial.

Na sua opinião, um índice de que o problema também não é causado pela falta de policiais nas ruas é o atual efetivo nacional, de 284 mil homens, "que

não se distancia do padrão mundial, que é de um policial para cada 500 habitantes".

Flaviano acrescentou que o Senado já deu sua contribuição às mudanças, por meio do gesto do seu presidente, Antonio Carlos Magalhães, ao determinar a votação urgente da Lei de Tortura.

Lélio Lobo informa sobre sindicância em base aérea

Em correspondência enviada ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o ministro da Aeronáutica, Lélio Viana Lobo, afirmou que o episódio em que recrutas da Base Aérea de Santa Maria foram filmados enquanto uma canção que incita à tortura foi deplorável, caracterizando desvio de conduta e já é objeto de sindicância sumária determinada pelo comandante da base. O texto do aviso ministerial foi lido ontem em plenário pelo primeiro-secretário da Mesa, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

O ministro considerou que o grito de guerra foi "completamente inadequado" e, assim como repercutiu intensamente no Congresso, despertou repulsa no ministério. Segundo explicou, os gritos de guerra e canções funcionam como fatores de motivação em instruções militares como as marchas forçadas, mas devem adequar-se aos programas de trabalho dos órgãos setoriais militares, que se orientam pelos "comportamentos éticos e morais que norteiam a FAB e a estrita obediência ao ordenamento jurídico vigente".

É rotineiro, ainda conforme Lélio Lobo, que instrutores e monitores incentivem a tropa a apresentar sugestões "quanto aos gritos de guerra, razão pela qual o teor da estrofe entoada durante o deslocamento dos recrutas não era do conhecimento do comandante da Base Aérea de Santa Maria".

Comissão aprova relatório de Alves sobre internações

A comissão especial sobre fatos ocorridos na Clínica Santa Genoveva, presidida por Benedita da Silva (PT-RJ), aprovou ontem o relatório final apresentado por José Alves (PFL-SE), onde foram incluídas várias recomendações ao Poder Executivo.

Entre as recomendações do relator estão o recadastramento nacional de todas as unidades de apoio destinadas a pacientes

"fora de possibilidades terapêuticas" e a fiscalização permanente das autorizações de internação, de forma a se evitarem irregularidades no atendimento de "paciente com características de internação asilar".

Outras sugestões de José Alves se referem à aplicação de um mínimo de 5% do PIB na área de saúde, algo em torno de R\$ 40 bilhões, e à reavaliação da tabela do SUS.

Benedita ressalta necessidade de meios para prevenir câncer

Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem, Dia Mundial de Combate ao Câncer, que os postos de saúde e os hospitais públicos sejam aparelhados para a prevenção e o tratamento da doença. Ela sugeriu, também, que campanhas de esclarecimento substituam enganosas propa-



Benedita

gandas institucionais e auxiliem a população no combate ao câncer.

Segundo Benedita, estimativas indicam que, ao longo deste ano, mais de 28 mil mulheres brasileiras descobrirão que sofrem de câncer da mama e 7 mil pessoas morrerão em consequência da doença.

Abdias propõe combate à violência contra o menor

Abdias Nascimento (PDT-RJ) pediu ontem ao governo a adoção de políticas e programas para combater a exploração e a violência a que estão submetidos mais de 11 milhões de crianças e adolescentes no país.



Abdias

De acordo com o senador, a situação de miséria e abandono agrava-se quando se trata das crianças e jovens negros. A seu ver, as estatísticas apontam a "cor como critério para o extermínio".

Ignácio repudia leilão de café abaixo do preço

José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) repudiou a reavaliação de um leilão de 325 mil sacas de café *conillon* com cotização abaixo do mercado,



José Ignácio

afirmando que a medida interferiu nos preços do café, reduzindo-os e frustrando a expectativa dos produtores neste início de safra.

Informou o senador que, segundo informações obtidas junto ao Departamento Nacional do Café (Denac), o produto leiloadado era ponta de estoque, com uso exclusivo pela indústria solúvel e impróprio para o mercado. Tal procedimento, conforme assinalou, foi justificado como uma ação de macropolítica, já que o preço do solúvel no mercado internacional estava sendo praticado em nível inferior ao do mercado brasileiro, inviabilizando a venda do produto nacional no Leste Europeu.

José Ignácio Ferreira chamou a atenção para a necessidade de se encontrarem novas formas e novas medidas públicas e privadas que visem estimular o crescimento do setor primário capixaba, cuja participação no PIB está decrescendo - "passando de 22% em 89/90 para 11% em 95".

Geraldo Brindeiro defende na CCJ adoção do efeito vinculante

Procurador-geral da República apóia prioridade de vinculação para as ações de natureza previdenciária e tributária

A posição favorável do Ministério Público Federal à adoção do efeito vinculante para decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal (STF) foi ratificada ontem pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, em palestra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Geraldo Brindeiro elogiou a proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sobre o efeito vinculante - que é tema de uma série de debates na CCJ - e salientou sua preferência pela aprovação da ma-



Brindeiro (à esquerda) presta depoimento na reunião da CCJ

téria com emenda encaminhada pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que estabelece a vinculação, prioritariamente, para as ações de natureza previdenciária e tributária.

Ao comentar o efeito vinculante à luz do direito comparado e a adoção desse mecanis-

mo em vários países, Brindeiro explicou ser essa a única maneira de se uniformizarem as ações civis na Justiça e de desobstruir as pautas do STF e dos tribunais superiores, que se encontram lotadas por conta da grande demanda de recursos extraordinários e especiais.

Senadores questionam conseqüências da medida

O senador Roberto Freire (PE), líder do PPS, afirmou ontem que poderá rever sua posição até então favorável à adoção do efeito vinculante das súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF), por considerar que as



Roberto Freire

processos. Também quis saber a opinião do expositor sobre a possibilidade de o efeito vinculante "engessar os tribunais inferiores". Brindeiro informou que o Ministério Público está sobrecarregado e "que a jurisprudência não se baseia em costumes, e sim na lei, sendo esta a postura do STF em relação às decisões que irão valer para instâncias menores, caso seja aprovada a proposta".

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) ressaltou a necessidade de se informar à sociedade sobre a não-apli-

cação do efeito vinculante nas ações de direito penal. Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou do chefe do Ministério Público decisões sobre processos como o do ex-presidente Collor e o dos "Anões do Orçamento".

- Nesses casos, corrupção e crimes de colarinho branco, nem a Lei de Execução Penal consegue enquadrar os criminosos adequadamente - explicou Geraldo Brindeiro.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM), relator da proposta que cria o efeito vinculante, afirmou, ao final da reunião, que a exposição de Geraldo Brindeiro deu uma grande contribuição ao parecer que está elaborando.

Projeto define serviço notarial como privado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a projeto da Câmara que caracteriza como atividade privada os serviços notariais e de registro, e submete os que exercem essa atividade à legislação previdenciária aplicável a todos os trabalhadores desse setor. A medida altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei 8.935/94.

Ramez Tebet disse, em seu relatório, que, apesar de a Constituição já definir como privada a atividade desenvolvida pelos tabelães e oficiais de registro, persistem dúvidas sobre o regime de aposentadoria deles. Em especial, o senador destacou a obrigatoriedade de aposentadoria a que estariam sujeitos esses profissionais quando alcançassem os 70 anos de idade, caso estivessem enquadrados no regime previdenciário especial dos servidores públicos, "o que não ocorre".

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ aprovou ainda parecer favorável do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) a projeto de resolução de iniciativa da Comissão Diretora do Senado que estabelece a composição e a infra-estrutura dos gabinetes parlamentares da Casa. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) votou contra a proposição.

A medida reduz a lotação dos gabinetes de 18 para 15 servidores, computados os ocupantes de cargos cuja criação foi proposta. Também extingue 723 cargos e funções comissionadas vagas e 993, quando vagarem. As duas proposições aprovadas serão agora submetidas ao plenário.

Cabral lança livro com legislação sobre água

Direito Administrativo - Tema Água, com todas as leis sobre recursos hídricos no país, é a primeira publicação de uma série abordando temas técnicos que o senador vai publicar



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou também a retenção de receitas de anabolizantes

Comissão aprova extinção gradativa do uso de compostos do CFC no país

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto da senadora Emília Fernandes (PTB-RS) que determina a gradativa extinção, no país, da produção, comercialização e utilização de compostos químicos do grupo dos clorofluorcarbonos (CFC).

O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) e estabeleceu que a extinção terá início após um ano de vigência da nova lei.

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), ressaltou que a medida é

uma importante contribuição para a melhoria da qualidade de vida. Por sua vez, o relator Osmar Dias explicou que a proposição exclui os medicamentos, pelo volume irrisório de CFC utilizado quando se apresentam sob a forma de aerossóis e pela sua utilização na composição do chamado sangue artificial.

Também em caráter terminativo, a CAS aprovou projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) tornando obrigatória a retenção, pela farmácia, de cópia carbonada da receita de anabolizantes.

Segundo o relator, senador

José Alves (PFL-SE), a intenção do autor é "coibir os freqüentes abusos, da parte dos jovens adeptos da cultura física ou como forma de, desonestamente, conseguirem-se resultados atléticos a todo custo".

VESTIBULAR

Com parecer favorável do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), a Comissão de Assuntos Sociais acolheu projeto da deputada Rita Camata, permitindo que o empregado possa faltar ao serviço, sem corte do ponto, nos dias em que estiver, comprovadamente, realizando provas de vestibular para ingresso em curso superior.

P o r considerar que o uso sustentável da água está vinculado ao conhecimento da legislação,

o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lança hoje, às 18h, na Biblioteca do Senado Federal, a obra *Direito Administrativo - Tema Água*. Conforme o autor, trata-se de uma coletânea, sem similar no país, da legislação de recursos hídricos existente no Brasil.

O senador ressaltou ser objetivo da obra reunir informações sobre essa "complexa matéria", de modo a subsidiar "o governo, usuários e a sociedade civil na implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos".

Bernardo Cabral explica que esse trabalho é fruto da luta que empreendeu para a aprovação do projeto do Executivo que, além de dispor sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O livro é o primeiro volume da série *Caderno Legislativo* que o senador pretende publicar, abordando assuntos técnicos.



CRE vota hoje acordos internacionais do Brasil

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprecia hoje, em reunião marcada para as 10h, diversos projetos, entre os quais, o de decreto legislativo que aprova o texto do acordo, por troca de notas, relativo a empréstimo japonês concedido aos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará, para

projetos ambientais, celebrado entre os governos do Brasil e do Japão.

Também será apreciado pela comissão projeto de lei do Senado que aprova o texto de outro acordo, por troca de notas, que regulamenta a cessão de uma companhia de infantaria do Exército à operação de paz das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz), celebrado entre o governo do Brasil e a ONU.

Serão apreciadas ainda mensagens submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Oto Agripino Maia para, cumulativamente com o posto de embaixador do Brasil na África do Sul, exercer o mesmo cargo junto à República de Maurício; e Affonso Celso de Ouro-Preto para ocupar, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Áustria, igual função na República

Eslovaca.

REFORMA POLÍTICA

Segundo turno eleitoral, imunidade parlamentar e duração do mandato dos senadores e suplentes são itens do relatório do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que serão apreciados hoje, a partir das 10h, pela Comissão Especial da Reforma Política-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Congresso enaltece memória de Simonsen

Waldeck destaca que o ex-ministro faz falta para o país neste momento, "com os desafios da globalização, a formação de mercados regionais e a crise mundial de empregos"

Em sessão solene presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso reverenciou ontem a memória do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen, falecido em fevereiro último. Os oradores destacaram a inteligência do ex-ministro, sua paixão pela docência, sua presença em diversificadas áreas de atividade, sua preocupação com a educação, suas contribuições à teoria econômica.

Estiveram presentes à sessão de homenagem o vice-presidente da República, Marco Maciel; os ministros da Fazenda, Pedro Malan; da Indústria e do Comércio, Francisco Dornelles; e do Trabalho, Paulo Paiva, entre outras autoridades, a esposa de Simonsen, Iluska, amigos e familiares do ex-ministro, além de parlamentares.

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), primeiro orador, disse que Simonsen foi o mais

eminente economista do país, além de escritor, humanista, financista, homem público, cientista e professor. Falou da sólida formação cultural do ex-ministro, de sua falta de ambição pelo poder, de sua luta pelo controle da inflação e do déficit público e em favor da desindexação. O senador referiu-se também ao fato de o ex-ministro ter sido crítico musical, presidido o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e dirigido a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

- Suas lições nos farão falta no momento em que o país enfrenta um de seus maiores desafios, com a globalização, a formação de mercados regionais, a crise mundial de em-



Autoridades e convidados compareceram ao plenário do Senado para a homenagem

pregos - disse Waldeck.

Por sua vez, o deputado Gonzaga Motta afirmou que Simonsen foi um de seus grandes professores, lembrando que o ex-ministro publicou 132 trabalhos, entre livros, ensaios, conferências, artigos, pronunciamentos e pareceres, e destacou a sensibilidade para os problemas sociais, o espírito público e a coerência do homenageado, que, em sua opinião, deve ser, para todos os brasileiros, uma referência obriga-

tória.

Já o senador José Serra (PSDB-SP) disse que, entre as atividades exercidas por Mário Henrique Simonsen, aquela em que talvez tenha sido mais brilhante e contribuído com maior amplitude para o engrandecimento do país foi a docência. Salientou que Simonsen é um marco de referência de qualidade na profissão de economista, merecendo a admiração de todos.

O deputado Luís Eduardo Magalhães destacou a obstinação de Simonsen com a racionalidade e a atualização constante do pensamento, sua angústia em resolver os problemas sociais, suas críticas às dimensões do Estado, o combate ao atraso tecnológico e ao capitalismo cartorial, a luta em favor da privatização. O deputado lembrou a amizade com o ex-ministro e defendeu a aprovação da reforma fiscal como homenagem a Simonsen.

Último orador da sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que tinha em Simonsen "um extraordinário estímulo intelectual para um jovem economista e parlamentar de oposição". Acrescentou que, apesar das divergências com o ex-ministro, sempre teve muito o que aprender com cada reflexão que fazia "aquele extraordinário intelectual e economista".

"Tão grande quanto seu saber", diz ACM

No encerramento da sessão solene em homenagem à memória de Mário Henrique Simonsen, o presidente Antonio Carlos Magalhães disse ontem que o ex-ministro foi "um dos grandes vultos do Brasil contemporâneo" e verdadeiro exemplo de vida dedicada ao país. O senador lembrou sua amizade com o professor, economista, matemático e amante de música clássica, que formou e influenciou toda uma geração de economistas brasileiros, "e foi um homem tão grande quanto seu saber".

Antonio Carlos Magalhães frisou que "não há divergências políticas ou ideológicas que quebrem a



Antonio Carlos Magalhães com a esposa de Simonsen, Iluska

unanimidade em torno da figura de Simonsen", para conforto de sua família e satisfação de seus amigos e admiradores. A homenagem prestada pelo Congresso reafirmou essa unanimidade, acrescentou. Antonio Carlos lembrou das muitas vezes em que recorreu ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen para de-

bater problemas do país e da Bahia, e acentuou sua paixão pela educação.

- É importante destacar neste momento que nunca uma voz se levantou no país para fazer restrições ao caráter de Mário Henrique Simonsen, e este é seu maior legado à família, aos amigos e ao Brasil - concluiu.

Alcântara alerta para a influência da Internet

Embora não hajam resolvido questões do século XIX, como a reforma agrária, legisladores brasileiros já precisam enfrentar problemas típicos do século XXI, observa senador

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que, apesar de não terem resolvido ainda nem questões do século XIX, como a reforma agrária, os legisladores brasileiros precisam enfrentar o desafio de discutir questões típicas do século XXI, como a Internet. Ele salientou sua preocupação com a carga de informações, atitudes e imagens que contrariam a legislação nacional e são acessíveis a um amplo espectro de pessoas, inclusive crianças.

Para Alcântara, é indiscuti-



Lúcio Alcântara

vel que a Internet representa um avanço, mas, a seu ver, as páginas eletrônicas que tratam de pornografia, racismo, nazismo e, particularmente, eutanásia, são preocupantes. Nos EUA, afirmou, a pornografia gerou a Lei da Decência, responsabilizando os provedores pelo material veiculado na rede mundial, e que se encontra sob julgamento devido à contestação de que ela viola os direitos de liberdade de expressão e comunicação.

- Como lidar com isso?

Como aplicar leis nacionais a algo internacional? - perguntou.

No caso da eutanásia, o senador registrou que há páginas eletrônicas indicando procedimentos e nomes de profissionais especializados em morte planejada. Outra preocupação refere-se à manipulação das informações reunidas nos bancos de dados à disposição de instituições financeiras. Para ele, essas informações são "indejaváveis" e devem ser sujeitas a regulamento que discipline o acesso e a divulgação, como prevê projeto de lei de sua autoria.

Odacir aplaude Campanha da Fraternidade

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou a escolha do tema deste ano da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para ele, a preocupação com os encarcerados é um oportuno papel por uma séria reflexão a respeito da realidade carcerária no Brasil.



Odacir

Segundo Odacir, entre os objetivos principais da Campanha da Fraternidade de 1997, estão o de despertar a sensibilidade e a solidariedade para com as vítimas e os encarcerados e ajudar presos e presas a se reintegrarem ao convívio social.

De acordo com o senador, a campanha promovida pela CNBB serve para lembrar aos cristãos que os crimes cometidos pelos encarcerados não lhes tiram a condição de filhos de Deus, pois o próprio Jesus Cristo foi encarcerado e crucificado junto a dois criminosos, perdoados por Ele.

Júlio Campos quer sal fluoretado

A obrigatoriedade da adição de flúor no sal destinado ao consumo foi proposta ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Com o projeto, o senador pretende implementar, no país, "um programa eficiente de prevenção da cárie dental pela fluoretação do sal, produto maciçamente consumido por todos os estratos da sociedade".

O projeto de lei proíbe expor ou entregar ao consumo humano ou animal o cloreto de sódio (sal), refinado ou

moído, que não contenha flúor nos teores a serem estabelecidos pelo poder público. Caberá ao Estado fornecer às indústrias o fluoreto de sódio, ou produto similar.

A proposição de Júlio Campos prevê a obrigatoriedade da inscrição, nas embalagens de sal destinado ao consumo humano ou animal, da expressão "sal fluoretado". Os órgãos competentes do governo procede-



Júlio Campos

rão à coleta de amostras para análise fiscal e de teor de flúor contido no sal.

O senador afirma que estudos técnico-científicos comprovam a redução da incidência de cárie dental nas populações submetidas ao tratamento preventivo com flúor. E lembra que o Brasil é um dos países com maior número de desdentados no mundo.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA, FLAVIANO MELO E NEY SUASSUNA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.